

Especialistas do setor óptico debatem propostas para garantir mais qualidade para o consumidor



Em reunião quinta-feira, dia 18/03/2010, no Auditório Teotônio Vilela da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, representantes e especialistas do setor óptico debateram sobre a importância da Certificação de Qualidade dos Óculos de Proteção Solar e o Projeto de Lei nº 897, de 2005, de autoria do deputado estadual João Caraméz.

Vetado pelo Executivo, o PL 897/05 proíbe a venda de óculos de grau por ambulantes e em estabelecimentos não credenciados, permitindo que os óculos de proteção solar com certificação de qualidade possam ser comercializados por qualquer estabelecimento idôneo. Na ocasião, foi elaborada uma carta em que o setor óptico solicita aos deputados a derrubada do veto para que assim possam ser garantidos produtos de melhor qualidade para o consumidor. O PL já tem o parecer de relator pela Comissão de Constituição e Justiça favorável ao projeto e contrário ao veto.

Segundo Caraméz, esta medida se faz necessária já que está cientificamente comprovado que a utilização de óculos inadequados, inclusive de óculos de sol, desprovidos de proteção U.V.A., U.V.B. e U.V.C., podem resultar em danos irreversíveis à saúde visual.

“Nossa preocupação é com a saúde da população e em coibir a pirataria, cuidando também da saúde financeira do Estado”, explicou o deputado. “A crescente invasão de óculos falsificados ou de origem duvidosa que não apresentam proteção contra os raios solares colocam em risco a saúde do consumidor” acrescentou, lembrando que o comércio ilegal destes produtos também compromete a economia do Estado, com a sonegação de impostos e a redução de postos de trabalho.

O presidente do Sindióptica (Sindicato do Comércio Varejista de Material Óptico, Fotográfico e Cinematográfico no Estado de São Paulo), Akira Kido, considerou que o Executivo não teve orientação adequada com relação ao projeto, apresentando como argumento para o seu veto legislação já revogada. Ressaltou ainda que a atuação do deputado Caraméz vem ao encontro do pedido do Sindióptica, que tem trabalhado pela qualificação do produto.

O presidente da Abiótica (Associação Brasileira da Indústria Óptica), Bento Alcoforado, falou sobre o grande número de óculos piratas que entram no mercado e da dificuldade de apreensão desses produtos. A falta de fiscalização também foi um dos temas abordados pelo presidente do Siniop (Sindicato Interestadual da Indústria Óptica do Estado de São Paulo), Rinaldo Dini.

O diretor de Metrologia e Qualidade do IPEM (Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo), Waldir Volpi, esclareceu sobre as questões relativas à certificação e a fiscalização dos produtos com selo do Inmetro.

Após ler o documento a ser encaminhado ao presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, deputado Barros Munhoz, e aos líderes de Bancadas que compõem o Colégio de Líderes, o deputado Caraméz esclareceu sobre a importância da participação de todos nesse trabalho, já que na regulamentação do projeto poderão ser previstas as formas de fiscalização para que a lei atinja seus objetivos.

O documento foi assinado pelo setor óptico, por meio de suas entidades representativas: AbiÓptica, Siniop e SindiÓptica, além dos fabricantes, comerciantes e distribuidores que participaram da reunião.

(O documento pode ser acessado no site do deputado João Caraméz: www.joaocaramez.com.br.)